

Orlando Villas Bôas Filho

Bacharel em Direito (PUCSP), História (USP) e Filosofia (USP).
Mestre e Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de
São Paulo (USP). Pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
— CEBRAP. Professor da Faculdade de Direito da Universidade
Presbiteriana Mackenzie.

TEORIA DOS SISTEMAS E O DIREITO BRASILEIRO

*Curso e Lição,
Obras, Teoria e Aplicações,
Orlando Villas Bôas Filho*

2009

 Editora
Saraiva

uma pretensão de
qual brasileira. Segundo esse
ia de 1500 a 1822, a qual
ântica, que cobriria o perío-
pendência, haveria a inten-
na terceira fase, que abran-
cias sociais teriam, de uma
; e, finalmente, uma quarta
ituiria a superação da ideo-
nâises, tais como a de Caio
nicos do desenvolvimento,
dições concretas de nosso

sobretudo, a reconstrução
tiva da "ideologia do cará-
permite a compreensão do
no a de Gilberto Freyre e
vicissitudes do Brasil atre-

gia. 5. ed. São Paulo: Editora Ática.
ra mais superficial, é sustentada por
na década de 30, ressalta que "certa
econômica - o que só veio depois".
e, 1978. p. 139.
a, p. 147-148; 315-316.

que deve
a análise do direito no Brasil.

4.2 A semântica que antecede a instituição do *ethos* ibérico como pedra angular na explicação do Brasil

O denominado movimento nativista, que alguns analistas, tais como Dante Moreira Leite, consideram ser característico do período colonial, via de regra tomou por tema a descrição da beleza e exuberância naturais do Brasil,

¹⁰ Quando se alude aqui à "sociedade brasileira" já se utiliza o enfoque da teoria dos sistemas, que não aparta sociedade, direito, Estado etc. Tal como indicado, a sociedade é concebida por Luhmann como um sistema que abrange toda a comunicação possível, o que torna impossível postular a existência de direito ou Estado para além da sociedade. Nesse sentido, quando se refere à sociedade brasileira, o que se está fazendo é indicar um contexto social no qual a comunicação se estrutura a partir de determinadas especificidades que também se projetam em suas instituições.

¹¹ Marilena Chauí, baseando-se em Perry Anderson, distingue a ideologia do "caráter nacional" da ideologia da "identidade nacional", ressaltando que a primeira, ao ostentar um perfil totalizante e sem lacunas, apresentaria a nação em termos de totalidade, enquanto a segunda, ao pressupor a relação com o diferente, conceberia a nação como totalidade incompleta e lacunar, de modo que a identidade é definida a partir da relação com o diferente e não apenas em razão em fatores endógenos. Cf. CHAUI, M. *Brasil: o mito fundador e a sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 21-29.

¹² Acerca da importância, de resto óbvia e incontestável, da obra de Caio Prado Jr., numa perspectiva comparativa às de Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, ver, por exemplo, a entrevista de Fernando Novais, in: MORAES, J. G. V.; REGO, J. M. *Conversas com historiadores brasileiros*, p. 133-136. Acerca da influência de Caio Prado Jr. em autores como Roberto Simonsen e Celso Furtado, ver: IGLESIAS, F. *Um historiador revolucionário*. In: — (Org.). *Caio Prado Jr.: história*. São Paulo: Ática: 1982. p. 21 e ss. (*Grandes cientistas sociais*, 26.) Por fim, para uma análise sucinta, porém elucidativa da obra *Formação do Brasil contemporâneo*, ver: LAPA, J. R. A. *Caio Prado Júnior - Formação do Brasil contemporâneo*. In: MOTTA, L. D. (Org.) *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*, 1. 3. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2001. p. 259-271. Evidente que não cabe aqui listar os estudos clássicos de Caio Prado Jr.

com vistas a enaltece-la.²⁴ Não obstante haja certa controvérsia acerca do teor nativista da literatura desse período, sobretudo se se considera o movimento do arcadismo,²⁵ o fato é que esta expressou, tal como ressalta Antonio Cândido, uma crescente preocupação com a superação do estatuto colonial, sobretudo a partir da segunda metade do século XVIII, o que permitiu a precipitação da consciência nacional que forneceria as bases para o desenvolvimento mental da nação independente.²⁶ É sob esse influxo que a literatura romântica – a conjugada com a simultânea reapropriação de seu sentimento nativista taxado de incipiente – toma para si a missão fundadora e patriótica de constituir uma imagem positiva e laudatória do Brasil e dos brasileiros.²⁷

O ideário e a literatura românticos, que mantinham certa harmonia com a sociedade e com a política do Império, tornam-se objeto de censura por parte dos prosélitos das idéias positivistas e do movimento republicano, que expressavam uma postura crítica em relação ao Segundo Império, num ambiente regido por pretensões científicas que, segundo Adrián Gurza Lavalle, teriam submetido o romantismo ao mesmo crivo de censura que este outrora havia endereçado ao movimento arcade.²⁸ Por certo que não se trata de reconstruir aqui as condições sociais que subjazem ao declínio do romantismo e ascensão das análises científicas, posto que tal empreitada extrapola os propósitos desta obra. As breves considerações que serão feitas a seguir visam apenas elucidar os aspectos mais relevantes relacionados a esse processo. Por enquanto, o que importa notar é que a crítica de perfil científico teria, em primeiro

²⁴ Cf. LEITE, D. M. *O caráter nacional do brasileiro: história de uma ideologia*, p. 149-163; MELLO E SOUZA, A. C. *Literatura e sociedade*, 8. ed. São Paulo: T. A. Quatroz, 2000; Publifolha, 2000, p. 83-99.

²⁵ Adrián Gurza Lavalle ressalta que, “embora um traço distintivo do arcadismo – não o único e sequer o mais importante – tenha sido a vocação para inventariar, definir e enaltecer as características da vida e natureza locais, seria grave equívoco atribuir-lhe um nativismo com pretensões de originalidade nacional [...] De fato, no decorrer do processo de decantação daqueles tópicos arcades [...] não há, *stricto sensu*, empenho por definir ou salvaguardar a singularidade nacional, mas a preocupação por encaixar a vida e a cultura da colônia no quadro prestabelecido do universo cultural e político peninsular”. LAVALLE, A. G. *Vida pública e identidade nacional: leituras brasileiras*, p. 73.

²⁶ Cf. MELLO E SOUZA, A. C. *Literatura e sociedade*, p. 99.

²⁷ Segundo Lavalle, “o movimento arcade foi submetido a uma dupla operação pelo romantismo: estigmatizado porque representante fiel e indesejável do período colonial – por isso seu suposto ‘classicismo inautêntico’ –, e, em sentido inverso, reapropriado como manifestação incipiente da consciência nacional [...]”. LAVALLE, A. G. *Vida pública e identidade nacional: leituras brasileiras*, p. 73.

²⁸ Cf. LAVALLE, A. G. *Vida pública e identidade nacional: leituras brasileiras*, p. 76-77.

lugar, se apropriado do repertório de temas do romantismo acerca da questão da identidade nacional, invertendo o seu sentido, ou seja, trocando o discurso laudatório e otimista pelo desencantado e pessimista, e, em segundo, assumindo a pretensão de validade científica para o seu diagnóstico acerca das mazelas engendradas pela miscigenação.²⁹

A ascensão das análises científicas, biologicistas e naturalistas, típicas do período que medeia entre os três últimos decênios do século XIX e dos três primeiros do século XX, marcam a recepção tardia das teorias raciais europeias no Brasil, por uma restrita elite intelectual que as utiliza de forma original, instrumentalizando-as para lidar com um contexto marcado pelo paulatino enfraquecimento e final derrocada da escravidão e pela realização de um novo projeto político para o País, que se consubstanciaria com o advento da República. Assim, num tal contexto, em que, para além do problema relativo à substituição da mão-de-obra escrava, engendrado pela abolição, ou mesmo à conservação de uma hierarquia social rígida, parecia ser preciso, sobretudo, estabelecer critérios diferenciados de regulação da cidadania, o conceito de raça torna-se um argumento de sucesso para o estabelecimento de diferenças sociais.³⁰ Portanto, não é correto classificar as obras dos autores desse período como simples reproduções inautênticas e caricaturais de modelos que se refletiam a realidades significativamente dispares da brasileira – muito embora essa tenha sido a tendência de importantes autores, tais como Nelson Werneck Sodré, Dante Moreira Leite, João Cruz Costa e Thomas Skidmore –, pois, como enfatiza Lilia Moritz Schwarcz, “em meio à conturbada situação de finais do século, o tema racial se apresentava como um argumento verdadeiro para se pensar um projeto de cunho nacional”.³¹

²⁹ Ao examinar esse processo de rejeição e reapropriação de temas do romantismo pela crítica científica, Adrián G. Lavalle ressalta que “a continuidade dos elementos consagrados no tema da identidade nacional pelo romantismo deu-se, mais uma vez, mediante mudança de registro. Não se trata apenas de recodificação das feições do ser nacional sob o signo da ‘ideologia do pessimismo’ – segundo a chama Dante Moreira Leite [...] Trata-se, também, do novo estatuto outorgado a tais feições, isto é, da pretensão de validade científica do discurso que as constrói como obstáculos descobertos por diagnóstico objetivo, cuja veracidade encontra-se alicerçada na adaptação dos modelos da física e da biologia à reflexão das ciências humanas”. LAVALLE, A. G. *Vida pública e identidade nacional: leituras brasileiras*, p. 79.

³⁰ Cf. SCHWARZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 17-18.

³¹ Cf. *idem*, *ibidem*, p. 244.

Nesse sentido, usando os conceitos da própria teoria dos sistemas, poder-se-ia afirmar que as teorias raciais de Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Oliveira Vianna não seriam simples apropriações infantis de brasileiros que, nos fins do século XIX, estariam mal preparados para discutir as então recentes doutrinas européias, como pensa Thomas Skidmore,³⁰ nem expressão de conceitos arraigados a personalidades infelizes, tais como a que Dante Moreira Leite atribuiu a Oliveira Vianna.³¹ Tratar-se-ia, antes, da autodescrição de uma sociedade de perfil hierárquico e prenhe de contradições, que encontrava no conceito de raça o elemento fundamental que servia de premissa para a articulação de suas operações comunicativas e por meio da qual era capaz de tematizar a si mesma.³² É por isso que o conceito de raça aparece, nesse momento, como o elemento central que fundamenta a ideologia do caráter nacional, uma vez que é a partir dele que se articula a comunicação, inclusive institucional, da sociedade brasileira, o que serve para reforçar a tese de Lília Moritz Schwartz de que

não se trata de entender a adoção das teses raciais como mero reflexo, uma cópia desautorizada, mas antes indagar sobre seus novos significados contextuais, bem como verificar sua relação com a situação social, política, econômica e intelectual vivenciada no país. Melhor, portanto, é pensá-las como "produto e produção" [...], vê-las como resultado do momento em que se inserem, mas conjuntamente atentar para a criação de novos valores e concepções.³³

Note-se, ademais, que, além de expressarem a autodescrição de uma sociedade cuja estrutura passava por significativa mudança, de modo a consti-

³⁰ Cf. SKIDMORE, T. E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p. 13; Cf. ———. *Uma história do Brasil*. Tradução de Raul Fiker. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 112 e ss.

³¹ Cf. LEITE, D. M. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*, p. 232.

³² Vale novamente ressaltar que, segundo Luhmann, "self-referential systems are able to observe themselves by using a fundamental distinction schema to delineate their self-identities, they can direct their own operations towards their self-identities. [...] As soon as the need arises to direct self-observations through structural predispositions instead of entirely leaving them to particular situations, we may speak of self-descriptions". Descriptions fix a structure of a text for possible observations which can now be made more systematically, remembered and handed down more easily, and which can now be connected better to each other". LUHMANN, N. *Tautology and paradox in the self-descriptions of modern society*, p. 123.

³³ SCHWARTZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*, p. 242.

tuem um marco na história das idéias no Brasil, as teorias raciais, tal como enfatiza Lília Moritz Schwartz, também desempenharam um papel importante no momento de fortalecimento e amadurecimento de algumas instituições e centros de ensino nacionais — tais como os Museus Etnográficos, os Institutos Históricos e Geográficos, as Faculdades de Direito e as de Medicina — em relação aos quais o conceito de raça passa a servir de elemento de mediação, unindo grupos intelectuais diferentes, embora componentes de uma mesma elite, do redor de um denominador comum, qual seja: o fato de serem todos "homens de ciência" engajados na realização de um novo projeto político para o País.³⁴ Daí fazerem sentido, nesse período, por exemplo, tanto a celebração do cientificismo, feita por Sílvio Romero,³⁵ que posteriormente soará intransigente, quanto à apologia entoada à aristocracia rural por Oliveira Vianna, que hoje parece tão ingenuamente nostálgica.³⁶

Contudo, da mesma forma, esses autores utilizavam as teorias raciais como um meio para dar conta das mudanças estruturais engendradas, sobretudo pela abolição da escravidão e pelo advento da República, que, embora não tenham sido eventos de efetiva ruptura — basta lembrar a célebre descrição de Aristides Lobo acerca do povo que assistia bestializado à proclamação da República imaginando tratar-se de uma parada militar³⁷ —, levaram à emergência de

³⁴ Cf. SCHWARTZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*, p. 14, 17, 24-42.

³⁵ Referindo-se entusiasticamente aos anos 70 do século XIX, Sílvio Romero ressaltava que "um bando de ideias novas cercava sobre nós de todos os pontos do horizonte". ROMERO, S. *Provocações e debates*, apud LEITE, D. M. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*, p. 181. Aliás, expressivo desse entusiasmo de Sílvio Romero com os "sopros de ciência" que os anos 70 deitavam sobre o Brasil foi a polémica havida entre ele e Machado de Assis, a qual expressa, segundo Lília Moritz Schwartz, o embate entre "homens de ciência" e "homens de letras". Cf. SCHWARTZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*, p. 40.

³⁶ É por essa razão que críticas inflamadas como a de Dante Moreira Leite a Oliveira Vianna devem ser tomadas com cuidado, pois, apesar de algumas inconsistências, as teses de Vianna parecem constituir típica expressão da autodescrição de uma sociedade ainda hierarquizada que se coloca entre a dissolução do universo rural e ascensão da sociedade urbana. É no contexto dessa mudança estrutural que obras como essa devem ser consideradas. Para uma crítica corrosiva a Oliveira Vianna, ver: LEITE, D. M. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*, p. 221-232. Para uma análise menos apaixonada e que, ademais, minimiza o aspecto racial na obra de Oliveira Vianna, ver: ODALIA, N. *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997. p. 117-171. Uma interpretação que também minimiza o papel da explicação racial em Oliveira Vianna pode ser encontrada em LAMALLE, A. G. *Vida pública e identidade nacional: leituras brasileiras*, p. 84-85. Por fim, ver: OLIVEIRA VIANNA, F. J. *Instituições políticas brasileiras*. São Paulo: Edusp, Belo Horizonte: Itatiaia, 1987. v. 1, cap. X.

³⁷ Cf. CARVALHO, J. M. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 9-14.

novos problemas, tais como a regulamentação do trabalho livre³⁸ e, especialmente, a necessidade de elaboração de critérios diferenciados de cidadania numa sociedade ainda marcada pela estratificação social. É nessa perspectiva que as teorias raciais se colocam como a semântica de uma sociedade ainda hierarquizada, mas que começa a sofrer forte implemento de variação que, por sua vez, produz sua complexificação. Num tal contexto, tomadas enquanto semântica, pode-se afirmar que as teorias raciais mantêm uma correlação com as alterações estruturais da sociedade, uma vez que lhes incumbe orientar o fluxo da comunicação e, com isso, auxiliar a auto-reprodução da sociedade.³⁹ Um exemplo disso é dado por Alfredo Bosi que, referindo-se ao "desafio social e ético" posto à sociedade brasileira no final do século XIX, ressalta que

não só de homens políticos se fez a militância. Um movimento intelectual forte, que retoma "cientificamente" os ideais das Luzes, estava em curso ao longo desses anos. Silvio Romero resumiu-o com a expressão "um bando de idéias novas", fixando também em 1868 o seu ponto de partida. Positivismo e evolucionismo. Comte e Spencer, foram o eixo principal de referência. O trabalho livre e um regime político mais representativo eram as metas a ser atingidas.⁴⁰

³⁸ Ademir Gebara analisa a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, contestando a fantasiosa ruptura entre esses dois momentos. Segundo ele, "o dia 13 de maio de 1888 marcou formalmente o final da escravidão no Brasil, tendo sido ainda um estágio no processo de transição da escravidão para o trabalho livre. Para a historiografia brasileira mais tradicional, que situa o processo histórico através de marcos cronológicos rígidos, a abolição foi um divisor de águas entre o Brasil arcaico e o Brasil moderno. Pesquisas mais recentes focalizam de forma mais precisa a problemática da transição, de tal maneira que a ênfase recai tanto sobre a continuidade do processo histórico quanto sobre a mudança de um modo de produção para outro. [...] Tanto a abolição quanto a transição são processos relacionados ao problema do controle e da organização do mercado de trabalho. Esta sim foi a questão fundamental pela elite brasileira no século XIX". GEBARA, A. O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888). São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 201, Cf. ———. Escravos, fugas e fugas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 89-100, mar.-ago. 1986. Para uma análise da situação dos homens livres e pobres no contexto da sociedade escravista, no século XIX, sobretudo na região de Guaratinguetá, ver o clássico estudo de FRANCO, M. S. C. *Homens livres na ordem escravista*. 4. ed. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997. Segundo a historiadora Laura de Mello e Souza, esse estudo de Maria Sylvia de Carvalho Franco chamou a atenção para o fato de que a sociedade brasileira, no período por ela analisado, não se polarizava apenas entre senhores e escravos, de modo a expressar uma leição bem mais complexa e diversificada, composta por homens pobres, agregados, etc. Cf. SOUZA, L. M. Entrevista. In: MORAES, J. G. V.; REGO, J. M. *Conversas com historiadores brasileiros*, p. 374.

³⁹ Utiliza-se aqui o termo "semântica" segundo o emprego que lhe é dado por Luhmann, ou seja, sem conotações semiológicas, e sim como uma espécie de distinção adquirida pelas observações quando são reconhecidas como dignas de ser conservadas e postas à disposição para serem repetidas. Trata-se, portanto, não de um signo, mas de uma estrutura da própria autopoiese da comunicação. Cf. LUHMANN, N. *La ciencia de la sociedad*, p. 81; ———. *La sociedad de la sociedad*, p. 510 e 704.

⁴⁰ BOSI, A. *A dialética da colonização*, p. 235.

Nota-se, portanto, uma adequação da semântica racial às mudanças verificadas na estrutura da sociedade.

É certo que não se trata de conceber essa alteração da semântica social em termos mecânicos ou mesmo como o reflexo superestrutural de alterações havidas na infra-estrutura da sociedade. Segundo Luhmann, a relação entre semântica e estrutura da sociedade não se opera em termos causais.⁴¹ O que ocorre é que a variação na estrutura da sociedade repercute nas relações comunicativas que a compõem, levando a uma mudança de nível de complexidade que, por sua vez, conduz a uma alteração na semântica, à qual incumbe orientar a comunicação. Isso significa que as mudanças ocorridas na estrutura social conduzem à necessidade de adequação de sua semântica autodescritiva, pois, do contrário, começa a haver déficit de realidade e de consistência nas autodescrições sociais, que passam a ficar apartadas da realidade social.⁴² Assim, ao referir-se à mudança estrutural experimentada por sociedades que deixam de ser hierárquicas para se tornarem funcionalmente diferenciadas, Luhmann enfatiza que

a reestruturação do sistema da sociedade, em que a diferenciação do seu sistema transita do estratificado para o funcional, produz modificações profundas no ideário da semântica com o qual é possível a sociedade a continuidade da sua própria reprodução, isto é, o encadear de suas ações.⁴³

É nesse contexto de mútua imbricação entre estrutura social e semântica que se coloca também a não menos importante polêmica acerca da apropriação feita do ideário liberal numa sociedade que, como a nossa, no século XIX, era escravista. À primeira vista, parece haver uma absoluta incompatibilidade entre a estrutura dessa sociedade e uma semântica que, originária da Europa, se prestava a dar estabilidade ideológica a uma estrutura econômica baseada no trabalho assalariado. Partindo dessa constatação, Roberto Schwarz recupe-

⁴¹ Tal como ressalta Luhmann, "in relationship to systemic environments, social-structural and semantic components of a system are not necessarily synchronous". LUHMANN, N. Tautology and paradox in the self-description of modern society, p. 123, ———. *La sociedad de la sociedad*, p. 426, 433 e 905.

⁴² Cf. LUHMANN, N. Tautology and paradox in the self-description of modern society, p. 123-124; ———. *La sociedad de la sociedad*, p. 427, 432 e ss.

⁴³ LUHMANN, N. *O amor como paixão: para a codificação da intimidade*. Tradução de Fernando Ribeiro. Lisboa: Difel, 1991. p. 7.

ra o argumento constante num panfleto da segunda metade do século XIX que, resumidamente, consigna o seguinte: "toda ciência tem princípios, de que depende seu sistema. Um dos princípios da Economia Política é o trabalho livre. Ora, no Brasil domina o fato 'impolítico e abominável' da escravidão".⁴⁴ Dada essa premissa, a conclusão que Schwarz dela extrai parece evidente: há um déficit de realidade manifesto na importação do ideário liberal que não apresenta uma menor compatibilidade com uma sociedade agroexportadora, baseada na mão-de-obra escrava, o que faz com que esse ideário, por não descrever sequer falsamente a realidade, torne-se, em última instância, um despropósito, levando Schwarz a afirmar que

é claro que a liberdade do trabalho, a igualdade perante a lei e, de modo geral, o universalismo eram ideologia na Europa também, mas lá correspondiam às aparências, encobrindo o essencial – a exploração do trabalho. Entre nós, as mesmas ideias seriam falsas num sentido diverso, por assim dizer, original. A universalidade dos princípios expressos na Constituição era, segundo essa perspectiva, incompatível com abominável instituto da escravidão.⁴⁵

Assim, inconciliável com uma estrutura social estratificada e baseada na mão-de-obra escrava, e que, ademais, encontrava no favor sua categoria fundamental (e virtualmente insuperável) de mediação social,⁴⁶ o ideário liberal somente poderia aparecer como um exemplo expressivo de "ideias fora do lugar", mesmo após a abolição e o advento da República. Ainda que esse ideário desempenhasse um papel coadjuvante de legitimação do arbitrio,⁴⁷ o fato é que restaria a tal ponto obnubilado pela "ideologia do favor" que seria, sendo descartável, ao menos inapropriado e incompatível com nossa realidade. Ora,

⁴⁴ Cf. SCHWARZ, R. Ideias fora do lugar. In: ———. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2000, p. 11.

⁴⁵ SCHWARZ, R. Ideias fora do lugar, p. 12.

⁴⁶ Segundo Schwarz "o favor é nossa mediação quase universal [...] O favor, ponto por ponto, prática e dependência da pessoa, a exceção à regra, a cultura interessada, remuneração e serviços pessoais [...] O mesmo se passa no plano das instituições, por exemplo, com burocracia e justiça, que embora regidas pelo clientelismo, proclamavam as formas e teorias do estado burguês moderno". Idem, *ibidem*, p. 16-18. Para uma mordaz crítica da utilização não-historicizada do conceito de favor que, como decorrencia, passa a servir de óbice à análise do direito brasileiro, ver: RODRIGUEZ, J. R. A cabrocha e o magistrado: apontamentos sobre o drama do direito no Brasil. In: TOLEDO, M. P. M. F. *Cultura brasileira: o jeito de ser e de viver de um povo*. São Paulo: Nankin Editorial, 2004, p. 78 e ss.

⁴⁷ Cf. SCHWARZ, R. Ideias fora do lugar, p. 18.

essa análise parte da premissa de que as ideias liberais seriam simplesmente transpostas de um contexto a outro, sem uma mediação que as tornasse adequadas à realidade de quem as "importa", o que é deveras questionável. É por essa razão que Maria Sylvia de Carvalho Franco refuta a tese sustentada por Roberto Schwarz acerca da exterioridade entre as ideias liberais e a realidade brasileira de então, afirmando que as ideias estariam sim no lugar, uma vez que a ideologia liberal burguesa, sobretudo num de seus pilares (a igualdade formal), não consistiria numa mera importação, aparecendo, ao contrário, como inerente à constituição das relações de mercado no País. Assim, por ser constitutiva dessas relações, a igualdade, enquanto ideologia, cumpriria, no Brasil, a mesma função de encobrimento e inversão que desempenhava na Europa.⁴⁸

Segundo a historiadora Maria Helena Capelato, a tese da existência de "ideias fora do lugar" seria contraditória, uma vez que partiria do pressuposto de que as ideologias são constitutivas da realidade, mas, paradoxalmente, ao analisar o liberalismo no Brasil, conclui que suas representações nada têm a ver com a realidade aqui constituída, de modo a exprimir, sobretudo, uma importação imprópria de ideias.⁴⁹ Entretanto, se se tratasse apenas de simples importação de ideias externas para uma aplicação deficiente e inadequada ao Brasil, não haveria como explicar a razão da permanência e influência de tais ideias entre nós.⁵⁰ A concepção segundo a qual essa incorporação é mera imitação arbitrária de ideias vindas de fora e inadequadas a nosso contexto baseia-se no pressuposto bastante problemático, aliás denunciado por Jessé Souza, de que as ideias seriam entidades externas às práticas sociais o que, conseqüente-

⁴⁸ Segundo M. S. Carvalho Franco, "o ideário liberal burguês em um de seus pilares – a igualdade formal – não entra no Brasil, seja lá como for, mas aparece no processo de constituição das relações de mercado ao qual é inerente. O conceito de igualdade emergiu no processo de dominação sócio-econômica vinculado ao conceito e ao direito de propriedade e por essa muito forte razão cumpre aqui, como lá fora, sua função prática de encobrir e inverter as coisas". Cf. FRANCO, M. S. C. As ideias estão no lugar. *Cadernos de Debates: História do Brasil*, n. 1, p. 63, 1976.

⁴⁹ Cf. CAPELATO, M. H. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1969, p. 16.

⁵⁰ A esse respeito, Maria Sylvia de Carvalho Franco ressalta, com muita propriedade, que, na tese das "ideias fora do lugar", "teríamos, de um lado, as ideias e as razões burguesas solentemente adotadas para nada e, de outro, o favor e o escravismo brasileiros, incompatíveis com elas. Montar essa oposição é, ipso facto, separar abstratamente os seus termos, ao ponto já indicado, e perder de vista os processos reais de produção ideológica no Brasil". FRANCO, M. S. C. As ideias estão no lugar, p. 62. Note-se que essa posição é plenamente corroborada por Maria Helena Capelato em seu estudo do liberalismo a partir da imprensa paulista entre os anos de 1920 a 1945.

mente, possibilitaria considerá-las pautadas por uma relação de mútua exterioridade. Esse pressuposto, classificado por Jessé Souza de naturalista, estaria fundamentado numa percepção redutora do humano e numa concepção unilateral e reducionista da linguagem, que passa a ser vista simplesmente como meio de designar estados de coisas no mundo, que passaria a ser representado como independente da experiência humana.³¹ Somente numa perspectiva naturalista, e não reducionista, cada um dos contextos que delas se apropriam, pois numa tal perspectiva a linguagem é reduzida à sua dimensão designativa, excluindo-se, com isso, sua função constitutiva da realidade.

Ora, as perspectivas naturalistas seriam incapazes de enxergar o nexo intrínseco entre idéias e práticas sociais, imaginando que valores seriam criações subjetivas e não elaborações partilhadas intersubjetivamente.³² Em razão disso, acabam por desqualificar a importação de idéias, pois as concebem como elaborações desvinculadas dos contextos aos quais posteriormente se aplicam. É por essa razão que Maria Helena Capelato, ao analisar a ideologia liberal no Brasil, contraria Roberto Schwarz e afirma que

o liberalismo no Brasil é sem dúvida uma idéia importada e o mesmo ocorre com qualquer outra: elas circulam, mas há sempre um nexo entre sua produção e reprodução em situações particulares, o que efetivamente define novos prismas. Mas isso não significa descompasso nem inadequação à realidade. [...] as idéias são parte do todo social e se constituem geneticamente com ele. Elas se engendram no interior do processo histórico e são constitutivas dele.³³

Baseando-se em Maria Sylvia de Carvalho Franco, Maria Helena Capelato ressalta que, subjacente a tese das "idéias fora do lugar", haveria um pressuposto dualista, típico das teorias da dependência, aceito por Roberto Schwarz, que sustenta a diferença essencial entre as nações centrais, componentes do núcleo hegemônico do sistema capitalista (Giovanni Arrighi o denomina de

³¹ Cf. SOUZA, J. A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro, p. 12 e 102-103.

³² A esse respeito, vale notar que Jessé Souza utiliza a concepção de linguagem desenvolvida por Charles Taylor para sustentar sua crítica às perspectivas que concebem como mutuamente exteriores as idéias e as práticas sociais. Cf. *idem*, *Ídolo*, p. 12.

³³ CAPELATO, M. H. *Os avulsos do liberalismo: imprensa paulista 1920-1945*, p. 17.

núcleo orgânico da economia capitalista mundial³⁴) e as nações periféricas ou dependentes, que manteriam com as primeiras uma relação de mútua exterioridade. Contudo, Maria Sylvia de Carvalho Franco ressalta que não haveria essa relação de exterioridade e oposição entre o centro e a periferia do sistema capitalista mundial, uma vez que as nações periféricas ou dependentes – mesmo porque estas se definem como consequência do capitalismo central – não recobririam um modo de produção essencialmente diferente do das nações centrais, apresentando apenas particularidades que se determinam no próprio processo interno de diferenciação do sistema capitalista mundial, ou seja, no movimento de sua constituição e reprodução.³⁵ Diante disso, perde plausibilidade imaginar que idéias sejam produzidas em determinados contextos e simplesmente apropriadas por outros com os quais se colocam numa relação de exterioridade. Aliás, a esse respeito, mesmo partindo de pressupostos totalmente diversos dos que estão na base das análises de Jessé Souza, Maria Sylvia de Carvalho Franco e Maria Helena Capelato, também na perspectiva da teoria dos sistemas, que concebe a sociedade moderna como um sistema mundial,³⁶

³⁴ Cf. ARRIGHI, G. *A ilusão do desenvolvimento*. Tradução de Sandra Vasconcelos. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 207 e ss. A esse respeito, nota-se que na tese de Roberto Schwarz o dualismo estrutural que caracteriza a "concepção estagnada" do pensamento da Cepal. A articulação entre centro e periferia se dá a partir de assimetrias insuperáveis nas trocas internacionais. As próprias remissões a Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso reforçam a tese de Maria Helena Capelato acerca do pressuposto dualista na tese de Roberto Schwarz. Maria Sylvia de Carvalho Franco também analisa a diferença entre as teorias dualistas antigas e o dualismo da teoria da dependência. Cf. FRANCO, M. S. C. As idéias estão no lugar, p. 63. Para uma elucidativa análise comparativa do pensamento de Celso Furtado com o de Fernando Henrique Cardoso acerca desse tema, ver: KALVAN, F. R. *O lugar da Nação: estudo da abordagem na Nação no dual-estruturalismo de Celso Furtado e nos estudos sobre a dependência de Fernando Henrique Cardoso*. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo.

³⁵ Nesse ponto Maria Sylvia de Carvalho Franco refuta as perspectivas que concebem a heterogeneidade de uma sociedade como a brasileira e as sociedades componentes no núcleo hegemônico do sistema capitalista mundial. Nessa perspectiva, a economia brasileira, sobretudo no século XIX, apartaria como que gravitando ao redor de grandes mercados mundiais, eles sim capitalistas. Contudo, segundo ela, "colônia e metrópole não recobrem modos de produção essencialmente diferentes, mas são situações particulares que se determinam no processo interno de diferenciação do sistema capitalista mundial, no movimento imaturo de sua constituição e reprodução. Uma e outra são desenvolvimentos particulares, partes do sistema capitalista, mas carregam ambas, em seu bojo, o conteúdo essencial – o lucro – que percorre todas as suas determinações. Assim, a produção e a circulação de idéias só podem ser concebidas como internacionalmente determinadas [...] sem a dissociação analítica de suas partes". FRANCO, M. S. C. As idéias estão no lugar, p. 62. No mesmo sentido, ver: SADEK, M. T. A. *Machiavel, machuvel: a tragédia ocidentária* (estudo sobre o pensamento de Octávio de Faria). São Paulo: Símbolo, 1978, p. 25-27 e 31 e ss.; CAPELATO, M. H. *Os avulsos do liberalismo*. Imprensa paulista 1920-1945, p. 16.

³⁶ Aliás, a esse respeito, Luhmann, aludindo às formas de autodescrição da sociedade moderna, procura mostrar que há uma correspondência entre estrutura social e semântica e a teoria dos sistemas. Segundo

não parece factível a existência de uma semântica desconectada da sociedade à qual se aplica, mesmo porque somente internamente à sociedade é que as referências semânticas podem ser testadas.⁵⁷ Torna-se problemático, portanto, postular a exterioridade entre as idéias e a realidade social, à qual estas se aplicam, pois isso pressuporia que elas surgem enraizadas em elementos exteriores à própria comunicação, que é o elemento básico da auto-reprodução do sistema social, e, ademais, que seria a correspondência a tais elementos que lhes forneceria o teste de consistência. Contudo, Luhmann enfatiza que a semântica, enquanto patrimônio conceitual da sociedade, funciona como seleção dos conteúdos de sentido e, portanto, como o conjunto de premissas de sentido que seriam dignas de conservação na sociedade, definindo-se, nesse sentido, como uma reserva de temas mantidos como esteio à emissão da comunicação.⁵⁸ É, numa palavra, um elemento essencial à constituição do sentido que, segundo Luhmann, é o conceito fundamental da sociologia.⁵⁹ A semântica serve, portanto, para orientar o fluxo da comunicação que está na base da auto-poiese da sociedade, o que torna impossível considerá-la como um sistema autônomo em relação à sociedade a que se refere. Há uma imbricação recíproca entre sociedade e semântica que não permite tomar a relação entre ambas em termos de mútua exterioridade ou como simples conexões casuais.⁶⁰

ele, "the theories simply cannot avoid recognizing that they themselves appear within the world of objects that they describe". Aliás, partindo dessa premissa, Luhmann ressalta que a teoria dos sistemas está a mais capacitada que as demais para essa auto-observação global da sociedade. Cf. LUHMANN, N. *The world society as a social system*, p. 184-187.

⁵⁷ Segundo Luhmann, "there is no position outside of society from which to communicate, but a system can internally test semantic references which may be treated as absolute". LUHMANN, N. *Tautology and paradox in the self-descriptions of modern society*, p. 133.

⁵⁸ Segundo Luhmann, a semântica, enquanto condensação de sentido, facilita a auto-referência dos sistemas sociais. Cf. LUHMANN, N. *La sociedad de la sociedad*, p. 704.

⁵⁹ Cf. LUHMANN, N. *Meaning as sociology's basic concept*, p. 21 e ss.

⁶⁰ Vale ressaltar aqui que, segundo Luhmann, se se parte da premissa de que a cultura não é necessariamente normativa, e sim uma simples determinação de sentido (e, portanto, uma operação de redução – a influência de Husserl aqui já foi vista nos capítulos precedentes), deve haver "uma espécie de provisão de possíveis temas lidos para uma entrada súbita e rapidamente compreensível em processos comunicacionais concretos. Chamamos a esta provisão de temas, cultura y cuando esta se ha almacenado especialmente para fines comunicativos, semántica". LUHMANN, N. *Sistemas sociales: lineamientos para una teoría general*, p. 161. Não é por outra razão que, no âmbito do direito, a semântica serve como forma de fixação de sentido para um determinado e suas repetições. Segundo ele, "each communication is binding time in so far as it determines the state of the system that the next communication has to assume. One has to distinguish between this and the maintenance of a fixed meaning for repeated use, for instance the attribution of meaning

Assim, percebe-se que não há uma mera importação de idéias totalmente inadequadas à nossa estrutura social de então. Essa "semântica" tinha sim relações efetivas com nossa sociedade, inclusive no que concerne às alterações que esta vinha sofrendo, o que demandava a elaboração de um projeto de país. Por isso, da mesma forma que as teorias raciais, não foram simples importações, mas apropriadas e contemporâneas de doutrinas europeias. O ideário liberal, cuja adoção no Brasil é tão criticada por Roberto Schwarz, que o concebe como a expressão de "idéias fora do lugar", também poderia ser visto, não em termos de uma incompatibilidade entre estrutura social e semântica, mas, ao contrário, justamente como uma apropriação criativa que tinha uma função a desempenhar no contexto brasileiro de então.⁶¹ Trata-se, ademais, de uma questão importante, pois serve para ilustrar as afinidades e discrepâncias teóricas havidas entre as Faculdades de Direito de Recife e de São Paulo, entre os anos de 1870 e 1930, no que tange à elaboração de um projeto nacional que encontra nas teorias raciais e no ideário liberal formas bastante diferentes de expressão, as quais, entretanto, em nenhum dos dois casos, podem ser vistas como simples assimilações acríticas de doutrinas estrangeiras.⁶² É por essa razão que Lúlia Moritz Schwarz afirma que

guardadas as diferenças, o que se pode dizer, no entanto, é que para ambas as faculdades "o Brasil tinha saído". Por meio de uma mestiçagem

to words, concepts, and true statements. We call such a self-binding of a communication system semantics. Only the sedimentary deposit of semantics for further repository use leads to 'time binding' in the narrow sense, which will be discussed as follows". LUHMANN, N. *Law as a social system*, p. 144.

⁶¹ No que tange a esse aspecto, Sérgio Adorno ressalta o aspecto instrumental do liberalismo brasileiro no Império, demonstrando a inexistência de um dilema liberal nessa sociedade, durante todo o regime monárquico, pois a construção do Estado Nacional se fez a partir de princípios liberais. Segundo Adorno, o dilema estaria noutro lugar, qual seja: no embate entre elites conservadoras e posturas mais democráticas. Não se trata, portanto, de um "dilema liberal", e sim de um "dilema democrático". Isso ocorreria em razão do fato de haver nos "construtores do estado nacional" a precedência da liberdade sobre a democracia. É por essa razão que Adorno, reiterando o posicionamento de Maria Sylvia de Carvalho Franco, ao referir-se a essa elite liberal, ressalta que "suas idéias não estavam fora do lugar. Não eram, portanto, homens *demodés*". ADORNO, S. *Os aprendizes do Poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Foz e Terra, 1968, p. 74-75. Uma elucidativa análise da relação entre liberalismo e democracia pode ser encontrada em BOBBIO, N. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990, p. 42-44.

⁶² Maria Tereza Aina Sadek critica a desqualificação a que são submetidas as apropriações feitas no Brasil de idéias estrangeiras. Segundo Sadek "se levamos em consideração que a ciência não é caracterizada pela razão que a produziu, poderíamos perguntar se não mereceria especial estudo ou debate saber o que foi importado, como foi utilizado ou 'deformado'. Pois o simples fato da importação de idéias [...] nada diz ainda sobre a participação da teoria escolhida no debate político-ideológico, onde ela representa uma das propostas de interpretação e solução para as questões vistas como problemáticas". SADEK, M. T. A. *Machavel, machivérts: a tragédia octaviana* (estudo sobre o pensamento de Otávio de Faria), p. 24-25.

modeladora e uniformizadora, apregoada por Recife. Por meio da ação missionária de um Estado liberal, como tanto desejavam os acadêmicos paulistanos.⁸³

Tal como ressaltado, as coisas não se passavam de forma diversa nos Institutos Históricos e Geográficos, nos Museus Etnográficos ou nas Faculdades de Medicina. Em todos os casos havia a tentativa de encontrar as razões e a cura de nossas mazelas. O problema racial, expresso na degenerescência engendrada pela mestiçagem, era sob vários aspectos o fulcro da discussão que articulava a semântica social dos homens de ciência e suas respectivas instituições. No fundo estava não a importação descompromissada de doutrinas estrangeiras, mas a busca de implementação de um projeto nacional. É nesse sentido que Lília Moritz Schwarcz enfatiza que

talvez o debate tenha mesmo se concentrado entre as escolas de direito e medicina. Instaurada uma espécie de disputa pela hegemonia e predominio científico, percebem-se dois contendores destacados: de um lado o remédio, de outro a lei: o veneno previsto por uns, o antídoto na mão de outros. Se para "os homens de direito" a responsabilidade de conduzir a nação estava vinculada à elaboração de um código unificado, para os profissionais médicos somente de suas mãos sairiam os diagnósticos e a cura para os males que assolavam a nação. Enquanto os pesquisadores médicos previam a degeneração, constatavam as doenças e propunham projetos higienistas e saneadores, bacharéis acreditavam encontrar no direito uma prática acima das diferenças sociais e raciais. Colocado nesses termos, o argumento racial continuava oportuno, quando retiradas as conclusões mais radicais.⁸⁴

⁸³ SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*, p. 187. Lília M. Schwarcz pontua bem as diferenças entre as faculdades de direito de Recife e de São Paulo, ressaltando, entretanto, que em ambos os casos a intenção era capacitar uma elite capaz de orientar os rumos da nação. Trata-se de uma assertiva que corrobora a tese de Sérgio Adorno de que a faculdade de direito teria se prestado à formação de quadros capacitados à organização jurídico-política do aparato estatal brasileiro. É nesse sentido que a historiadora Raquel Glezer, baseando-se também na análise de Sérgio Adorno, ressalta que "a criação dos cursos jurídicos no Brasil foi uma necessidade imperiosa para a independência cultural e formação de quadros para a burocracia do Estado, o que levou ao controle rígido do conteúdo ministrado neles pelo Estado". GLEZER, R. "São Paulo e a elite letrada brasileira no século XIX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 12, n. 23-24, p. 19-30, set. 1991-ago. 1992. Por fim, para uma análise do debate referente à criação dos cursos jurídicos no Brasil, ver: BARRETO, V. *Os cursos jurídicos e as elites brasileiras*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978. p. 182-207.

⁸⁴ SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*, p. 241.

Contudo, as teorias raciais e evolucionistas pautadas por sua pretensão científica, justamente por estarem atreladas inextricavelmente a elementos naturalistas, impediam a plena configuração de um caráter nacional que fosse próprio ao brasileiro. Já foi indicado acima que as teorias raciais submetiam o ultrismo romântico ao mesmo crivo crítico que este último havia endereçado ao movimento arcade, que o havia precedido. Esse movimento crítico embasado em premissas pretensamente científicas gerou uma visão negativa do povo brasileiro, a qual, entretanto, se embasava numa semântica que encontrava no elemento racial seu ponto de apoio. Nesse sentido, em razão de sua vinculação ao conceito de raça como eixo explicativo de nossas mazelas, as teorias raciais não serão capazes de fornecer uma concepção do caráter nacional do brasileiro. Tal como ressalta Adrián Gurza Lavalle, na perspectiva científica e evolucionista que fundamenta as teorias raciais,

o caráter é natureza, isto é, manifesta-se, sim, mediante os traços comuns da personalidade, mas responde aos imutáveis ditados da genética, prescrevendo comportamentos decorrentes do caráter da raça, e não de uma "personalidade coletiva" - personalidade que, no limite, é um composto mediocre dos traços correspondentes aos diferentes elementos raciais envolvidos na sua conformação.⁸⁵

A perspectiva naturalista, que reduz ao conceito de raça a possibilidade de configuração do que definiria o brasileiro, precisaria ser complementada por abordagens que também levassem em consideração aspectos psicológicos, não atrelados a pressupostos raciais, pois somente assim seria possível analisar efetivamente nosso caráter nacional.⁸⁶

É nesse contexto que autores como Manoel Bonfim e Paulo Prado passam a substituir, ou pelo menos mitigar, a explicação de perfil racial por abordagens que enfatizavam elementos não naturalizados e que, dessa forma, passam

⁸⁵ LAVALLE, A. G. *Vida pública e identidade nacional: leituras brasileiras*, p. 80.

⁸⁶ Para uma análise da diferença entre "caráter nacional" e "identidade nacional", ver as considerações feitas por Marilena Chauí, a partir das análises de Perry Anderson, na nota n. 20 do presente capítulo. Neste momento trata-se da composição do "caráter nacional" que se constitui sem a remissão a algo que lhe seja exterior. É sob a égide da ideologia do "caráter nacional" que Marilena Chauí inclui autores como Afonso Celso, Gilberto Freyre, Cassiano Ricardo, Silvio Romero, Manoel Bonfim, Paulo Prado etc. No que concerne a "identidade nacional", Chauí a situa entre os anos de 1950 e 1970. Cf. CHAUI, M. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*, p. 21. Dante Moreira Leite, em quem Chauí, em grande medida, escora sua análise, inclui nesse rol, que é apenas exemplificativo, também a obra de Sérgio Buarque de Holanda.

a ser passíveis de uma explicação de nosso caráter nacional. Trata-se, como bem acentua Dante Moreira Leite,⁶⁷ de uma ruptura em nosso pensamento social, que deixa de estar fundado essencialmente em determinantes raciais, para valorizar aspectos psicológicos. Manoel Bonfim, por exemplo, procura apontar os déficits (ou mesmo a ausência) de socialização como razão de nosso atraso. Ao criticar a visão de que a América Latina seria povoada por mestiços indolentes e degenerados,⁶⁸ Bonfim, referindo-se aos brasileiros, ressalta que eles "não são maus; são violentos, reflexos espontâneos – por incultos e ignorantes; falta-lhes a inibição superior, fruto da educação [...]".⁶⁹ Ora, seria essa ausência de um processo efetivo de socialização e não qualquer determinante racial que se coloca como eixo explicativo da abordagem de Manoel Bonfim. É certo que, tal como enfatiza Adrián Gurza Lavalle,

na crítica às teorias raciais imperantes, Bonfim, apesar de seu empenho em trazer à tona os processos de socialização, acode aos argumentos disponíveis que, em última análise, levam mais uma vez à reificação da raça como fator com poder explicativo: há características próprias às raças e aos efeitos de sua miscigenação, embora passíveis de aperfeiçoamento por expedientes não-genéticos.⁷⁰

Assim, é sobretudo a partir da obra *Retrato do Brasil*, de Paulo Prado, que a explicação do Brasil se desvencilha das teses raciais e passa para o plano psicológico.⁷¹ Articulando sua explicação do Brasil, não em aspectos raciais, mas

⁶⁷ Cf. LEITE, D. M. *O caráter nacional do brasileiro: história de uma ideologia*, p. 250-251.

⁶⁸ Tal como ressalta Ronaldo Conde Aguiar, "Bonfim procurou, antes de tudo, dar uma resposta aos teóricos e publicistas europeus que, apoiados no cientificismo naturalista e no evolucionismo, chamavam indistintamente os povos do continente de inferiores, entregues ao mais puro barbarismo estéril. A América Latina seria, assim, este imenso território povoado de gente selvagem e inferior, uma turba descendente de índios, negros e degenerados, todos, portanto, inatamente incapazes de autogovernar-se. [...] Inconformado com isso, Manoel Bonfim desenvolveu, então, uma belíssima análise das causas da miséria geral do continente, em que desmascarava o chamado racismo científico [...]". AGUIAR, R. C. Um livro admirável. In: BONFIM, M. *O Brasil não: realidade da soberania brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. p. 25. Consta que, em sua refutação às teorias baseadas em determinantes raciais, Manoel Bonfim teria inclusive criticado diretamente (e corretamente) considerado outrossa genial por Oliveira Vianna. Cf. LEITE, D. M. *O caráter nacional do brasileiro: história de uma ideologia*, p. 251.

⁶⁹ BONFIM, M. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993. p. 267.

⁷⁰ LAVALLE, A. G. *Vida pública e identidade nacional: leituras brasileiras*, p. 88. No mesmo sentido, sobretudo no que concerne à transmissão de traços psicológicos, ver: LEITE, D. M. *O caráter nacional do brasileiro: história de uma ideologia*, p. 255.

⁷¹ Dante Moreira Leite e Adrián Gurza Lavalle classificam o livro *Retrato do Brasil* como uma história psicológica. Cf. LEITE, D. M. *O caráter nacional do brasileiro: história de uma ideologia*, p. 262-267 e LAVALLE, A. G.

a partir do próprio processo de colonização que teria engendrado uma "psique nacional", marcada pela luxúria, cobiça e tristeza, todos impulsos decorrentes das especificidades de nosso processo de colonização, Paulo Prado efetivamente desloca a análise do caráter nacional para o plano psicológico. Luxúria e cobiça, enquanto impulsos que não encontram peias em nosso processo colonizador, produzem a melancolia que seria típica de um colono desviado atavicamente para as perversões eróticas e ávido por encontrar ouro.⁷² O pior é que, na perspectiva de Paulo Prado, tais características não se mantêm só entre os indivíduos, estendendo-se também à sociedade que, pautada por adstrições aos indivíduos, carregaria traços anti-sociais, debilidades acentuadas no estabelecimento de relações impessoais, com tudo o que isso traz de deletério à consolidação do espaço público no Brasil. Assim, as mazelas e perversões a consolidação do espaço público no Brasil. Nesse *Retrato do Brasil* nem o indivíduo nem a sociedade são fotogênicos.

Contudo, a importância da obra de Paulo Prado pode ser devida ao fato de esta, ao procurar identificar traços psicológicos decorrentes de nosso processo de colonização, fornecer uma semântica em que aparece, ainda que sob a forma negativa, a dimensão do espaço público, que estava ausente nas semânticas raciais que encontravam obstáculos naturais insuperáveis para a consolidação de um tal espaço em meio à degradação oriunda da miscigenação que punha em primeiro plano a necessidade de uma intervenção saneadora, e

Vida pública e identidade nacional: leituras brasileiras, p. 85. Outro aspecto que merece destaque nessa obra está em seu perfil ensaístico, que influenciaria importantes obras posteriores. Tal como ressalta José Murilo de Carvalho, "todos os livros influentes escritos por historiadores não treinados profissionalmente tinham forte conteúdo ensaístico: no estilo de 'retrato do Brasil'. Procuravam dar uma visão compreensiva do país, buscando frequentemente a origem de nossos males ou virtudes na colônia, ou mesmo em Portugal. Seus autores eram quase todos formados em Direito (Oliveira Vianna, Paulo Prado, Caio Prado Jr., Sérgio Buarque, Nestor Duarte, Victor Nunes Leal, Raymundo Faoro), a grande exceção sendo Gilberto Freyre [...]". Entrevista com José Murilo de Carvalho. In: MORAES, J. G. V.; REGO, J. M. *Conversas com historiadores brasileiros*, p. 180.

⁷² É clássica a assertiva que abre e condensa a tese do ensaio: "numa terra radiosa vive um povo triste. Legaram-lhe essa melancolia os descobridores que a revelaram ao mundo e a povoaram. O esplêndido dinamismo dessa gente rude obedecia a dois grandes impulsos que dominam toda a psicologia da descoberta e nunca foram geradores de alegria: a ambição do ouro e a sensualidade livre e infrene que, como culto, a Renascença fizera ressuscitar". PRADO, P. *Retrato do Brasil*. ensaio sobre a tristeza brasileira. 8. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 53. Para uma análise de obra de Paulo Prado, ver: LEITE, D. M. *O caráter nacional do brasileiro: história de uma ideologia*, p. 260-267.

se a história da configuração da "psique nacional" – o relato a respeito da intimidade e a alma do brasileiro – fornecesse não apenas um instrumento para se entender certos traços distintivos da "socialidade local" da radiografia veraz: do caráter acanhado ou francamente pessoal da vida pública no Brasil.²⁷

Nota-se, portanto, que Paulo Prado realizou um efetivo deslocamento da discussão acerca do Brasil, a qual passa a permitir uma abordagem das discussões acerca de suas instituições desatrelada de elementos naturalistas. Isso como decorrência de sua a Noção anterior, também se alinha ao ideário liberal, sobretudo, como o esboço de indicar que, da mesma forma que as teorias racistas nacionalistas, mera importação de doutrinas estrangeiras, o liberalismo europeu também não foi expressão de "ideias fora do lugar", mesmo porque se compreendemos ambos em termos de semântica, torna-se possível tentar interpretar seus nexos, ainda que obscuros e, por vezes, tortuosos, com a estrutura da sociedade brasileira. Assim, o que se nota é que, com a abolição da escravidão, o advento da República, o progressivo processo de urbanização, a imigração e todas as demais mudanças ocorridas no decorrer da Primeira República e na transição da era Vargas, sobretudo a crescente industrialização, que tomou impulso a partir desse último período,¹⁷ uma nova semântica social tornar-se-

204

... e, portanto, de Ruyter de Azevedo, e de Antônio Candido, se refere ao mesmo autor. É a esse tipo de determinação que Antônio Candido se refere quando afirma, na introdução de *Ruínas do Brasil*: "Tomando (Gilberto Freyre) como uma etapa da evolução entre o naturalismo dos velhos intérpretes de nossa sociedade e a nova ciência da sociologia e também da antropologia — uma vez que Freyre não se desvia da sociologia e influenciou por ele o estudo de Franz Boas", Antônio Candido expressamente a influência por ele sofrida de Franz Boas.¹⁰ Antônio Candido entenda que o autor de *Casa-grande & senzala*, malgrado tenha sido influenciado pela antropologia cultural norte-americana, ainda preocupava-se com aspectos de fundo biológico — raça, equilíbrio ecológico, alimentação etc. — segundo Antônio Candido, essa superação efetiva ocorreu a partir da obra de

Sérgio Buarque de Holanda,⁷⁶ que se respaldava teoricamente na história social francesa (lembrar que desde 1929, Marc Bloch e Lucien Febvre já haviam revolucionado a historiografia francesa com a Escola dos Annales)⁷⁷ e na sociologia alemã, sobretudo em Weber e Simmel.⁷⁸ Em todo caso, ainda que se atribua a Freyre certa preocupação com questões de raça,⁸⁰ o fato é que, tal como ensinava Alfredo Bosi,

os ensaios de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque sugerem uma interpretação psicocultural do passado brasileiro. É uma leitura de nossa história escurada na hipótese geral de que o conquistador português já trazia em si traços de caráter recorrentes, que Sérgio Buarque chama de determinantes psicológicos, tais como o individualismo, qualificado

⁷⁶ "O conceito de Raízes do Brasil também é enfatizado por Laura de Mello e Souza que ressalta que a mesma forma que *Formas do Brasil*, a obra de Gilberto Freyre seria uma híbrida e montálica em relação a um Brasil antigo que começara a se transformar. Segundo essa historiadora, "Raízes do Brasil" (1936) de Sérgio Buarque de Holanda, marca, na verdade, o início de uma história cultural madura e rigorosa do ponto de vista teórico e metodológico. Gilberto Freyre obteve boa formação acadêmica nos Estados Unidos, e divergência entre nós, a antropologia cultural norte-americana. Seu estilo irreverente e caustico tornou-se marcante na historiografia da cultura sobre o Brasil colonial." MELLO E SOUZA, p. 23.

⁷⁷ BLOCH, Marc e FEBVRE, Lucien. *Annales 1929-1989: a revolução francesa da historiografia*. Tradução de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991. p. 23 e ss.

⁷⁸ MELLO E SOUZA, A. C. O significado de Raízes do Brasil. p. 10. Para uma análise das influências teóricas de Sérgio Buarque de Holanda, ver: BARBOSA, F. A. Verdes anos de Sérgio Buarque de Holanda: Ensaio sobre a formação intelectual de Raízes do Brasil. In: NOGUEIRA, A. R. et al. (Org.) *Sérgio Buarque de Holanda: um século*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, Universidade de São Paulo, 1988. p. 44-47, 1985. p. 18. L. S. História e sociedade na obra de Sérgio Buarque de Holanda, p. 18. SOUZA, L. M. Corpo e alma do Brasil - ensaio de Sérgio Buarque de Holanda. In: *Novos Estudos - Cebrap*, n. 69, p. 6-7, jul. 2004.

⁷⁹ Lavalie, resulta que Gilberto Freyre, sob influência de Franz Boas, critica o conceito de raça como fundamento da análise antropológica, enfatizando o conceito de cultura, que serviu para pôr em dúvida explicações uniformizadoras dos argumentos raciais. Contudo, mostra que, paradoxalmente, a antropologia cultural serviu de impulso a análises que buscavam apreender culturas globais ou nacionais, tal como, entre outros, Ruth Benedict e Margaret Mead. Cf. LAVALIE, A. G. *Vida pública e identidade nacional: uma crítica*. p. 91. De fato, essa crítica a abordagens uniformizadoras é compreendida por Boas, que defendia que as sociedades são essencialmente diversas, possuindo especificidades próprias que impedem qualquer associação automática a grandes leis gerais de desenvolvimento que seriam aplicáveis indiscriminadamente a todas as sociedades, tomadas como um conjunto coerente e ordenado. Nesse sentido, ver: BOAS, F. *Antropologia cultural*. Tradução de Celso Castro. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. p. 25-30, 47, 49. Para uma crítica à obra de Franz Boas, às premissas do evolucionismo unilinear, que embasava essas abordagens uniformizadoras e essencialistas, ver, por exemplo, ROULAND, N. *Anthropologie juridique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1989. p. 62. Damiá Moreira Leite, não obstante admita que a rejeição a explicações essencialistas de Franz Boas e Gilberto Freyre, considera existir uma clara divergência entre as posições de ambos, pois, segundo ele, Boas não se atinha a possibilidade de empreender uma descrição global da "mentalidade brasileira", enquanto Freyre justamente procurou apreender o caráter nacional do povo brasileiro, embora, segundo ele, Freyre seja antecedido por análises de Ruth Benedict e Margaret Mead, que também não tinham precedentes de Franz Boas. Cf. LEITE, D. M. *O caráter nacional do brasileiro: história de uma ideologia*. p. 11, 14.

como exaltação extrema da personalidade, o espírito aventureiro (da aventura da vida, oposita à ética do trabalho), o nosso natural inquieto e desordenado, a cordialidade, o sentimentalismo sensual, que se exerce sem penas no que Gilberto Freyre classifica de *paternalismo poligâmico*, a plasticidade social, a versatilidade, a tendência a mestiçagem (que já vinha dos cruzamentos com os mouros) intensificada pela carência de orgulho racial, atributo que comparece nas características de ambos os estudiosos.⁸¹

Nota-se, portanto, que a perspectiva de Gilberto Freyre e a de Sérgio Buarque de Holanda desvinculam-se das análises evolucionistas baseadas em pressupostos raciais. A partir de então, as condicionantes passam a ser psíquicas e isso faz com que as características psicológicas do colonizador sejam fundamentais na definição do caráter nacional do brasileiro. Trata-se, assim, da instauração de uma interpretação do Brasil que atrela nosso caráter nacional às determinantes psicossociais ibéricas, cuja permanência nos apartaria da modernidade. Como se demonstrará adiante, essa linha interpretativa do Brasil, articulada ao redor do *ethos* ibérico, é complementada pela análise de Raymundo Faoro, que exacerba a ênfase nos aspectos deletérios e aparentemente indelével dessa herança que acaba obstando nosso ingresso na modernidade.

A partir dos anos 30, essas explicações articuladas ao redor do *ethos* ibérico passam a constituir a expressão mais influente daquilo que Dante Moreira Leite denomina "ideologia do caráter nacional do brasileiro",⁸² o que se dá justamente em razão das alterações estruturais havidas na sociedade brasileira desde o final do Império e, sobretudo, no decorrer da Primeira República e no início da era Vargas. Sem adentrar em digressões analíticas relativas a essas alterações estruturais havidas em nossa sociedade, pode-se afirmar que, em linhas gerais, o que se coloca como mais significativo é a passagem de uma

⁸⁰ BOSI, A. *A dialética da colonização*, p. 27. No mesmo sentido de Alfredo Bosi e Antonio Cândido, Adnan G. Lavalie resulta que "os modelos sociológicos que focaram a atenção em dimensões da sociedade como a cultural, a psicológica ou a econômica, entraram decisivamente no pensamento político-social na década de 1930 - com o pano de fundo da revolução industrial -, quando vieram à luz os célebres trabalhos de Gilberto Freyre (1933), Sérgio Buarque de Holanda (1936) e Caio Prado Junior (1933)". LAVALIE, A. G. *Vida pública e identidade nacional*, leituras brasileiras, p. 90.

⁸¹ Cf. LEITE, D. M. *O caráter nacional do brasileiro: história de uma ideologia*, p. 147. Luiz Werneck Vianna ressalta a maturidade da apropriação do pensamento social clássico feita nesse período. Cf. VIANNA, L. W. *Weber e a interpretação do Brasil*. In: *Novos Estudos - Cebrap*. São Paulo, n. 53, mar. 1999, p. 33.

Quando isso é considerado, torna-se claro que o porquê de essa transformação ter sido mais bem-sucedida do que se convencionou, a partir dos anos 30, na maioria das explicações acerca do atraso brasileiro e das distorções econômicas que essas instituições, dentre as quais o direito.¹⁰ Isso ocorre porque a estrutura da sociedade brasileira passa a demandar outra ordem de explicações que não podem mais estar adstritas a determinantes naturalistas e raciais, pois uma tal semântica começa a perder sentido em razão das alterações que se verificam no Brasil a partir do final do século XIX e início do século XX. É nesse sentido que Luhmann enfatiza que, quando se dá a

A controversa obra de Gilberto Freyre, composta como uma "introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil", ou seja, um "ensaio de sociologia genética" referente à formação da família patriarcal brasileira,⁹¹ apesar de

A controversa obra de Gilberto Freyre, composta como uma "introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil", ou seja, um "ensaio de sociologia genética" referente à formação da família patriarcal brasileira,⁹¹ apesar de

14. Para citar que Jesse Souza não inclui Gilberto Freyre naquilo que ele denomina "sociologia da inatualidade", que em sua perspectiva passa a estar agregada ao redor de Sérgio Buarque de Holanda, Raimundo de Faria e Roberto da Matta que, segundo ele, se preditaram a um "culturalismo atômico". Alá, seus escritos sustentam a obra de Gilberto Freyre para reconstruir uma alternativa ao dilema legal ("O dilema da modernidade"). Cf. SOUZA, J. A modernização seletiva: uma reinterpretção de *dilema da modernidade*. p. 207 e 209.

191997. *O Imaginário da Sereia*, p. LXXII. Aliás, é esse respeito, e preciso notar que o essencial do respeito, se expressa nos livros *Quase-grande Sereia*, que trata da formação da lindíssima sereia, e *Os contos pastorais, baladas e músicas*, que analisa não sem certa dose de mistério, a *divindade da Sereia*, e *Os contos maravilhosos das crianças e Orem e progresso*, dedicado a desmistificar, que inclui, também, na análise da formação do trabalho e do povo para o trabalho livre. Deitei-me então em ler, e descobri, no capítulo de *Orem e progresso*, a consideração que uma interpretação "apenas repetitiva" da *grande Sereia* (evidentemente da série – *baladas e músicas*, *Orem e progresso* – opera repetitivamente, e não repugna, integre-se sem processo de esclarecimento ou ampliação, continua apertada e não repugna. LITDI, D. M. *O cantar na vida do brasileiro*. História de uma ideologia, p. 171.

condenado por sua "composição liberrima"⁸⁷ que levou alguns comentaristas a considerá-la, além de conservadora, sobretudo uma obra de caráter literário e sociológico, dado o subjetivismo que a embasa,⁸⁸ constitui um esboço de interpretação das explicações do Brasil fundadas em premissas racistas, tais como aquelas foram analisadas na seção anterior do presente trabalho.⁸⁹ Esse desdém levou a elaborar uma análise introdutória à família patriarcal brasileira que, segundo ele, constitui um elemento essencial na compreensão da formação do Brasil. Ele rendera muitas críticas, sobretudo no que concerne à ênfase dada à esfera privada em detrimento da pública, pois, se é o sistema patriarcal, que se expressa na casa-grande, o elemento fundamental da colonização portuguesa, que formara uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida,⁹⁰ fica evidente que a tese que estará atrelado todo o processo de desenvolvimento da sociedade brasileira. Alias, não e por outra razão que Freyre, numa de suas assertivas generalistas e, por isso, temerárias, afirma que: "a história social da casa-grande e a história íntima de quase todo brasileiro [...] Nas casas-grandes foi até hoje onde melhor se exprimiu o caráter brasileiro; a nossa continuidade social"⁹¹

JAMILLIO, L. S. O. A. C. O significado de Raízes do Brasil, p. 9
 JAMILLIO, L. S. O. A. C. O significado de Raízes do Brasil, p. 270 e 284

C. FREYRE, G. Casa-grande & senzala, p. 4 e ss.

da família p. LXV. A historiografia recente tem criticado essa caracterização feita por Freyre e também a "olvida Vianna" do modelo patriarcal da família brasileira. A historiadora Eni Mesquita Simões procura reanalisar as descrições de Freyre e Vianna, chamando a atenção para o fato de que, especialmente no sul e no sudeste, já no final do século XVIII, famílias com estruturas mais simplificadas. Assim, a família patriarcal, como descrita por Freyre, não pode ser considerada o parâmetro único da família brasileira. Cf. SIMÕES, E. M. Patriarcalismo, família e poder na sociedade brasileira (séculos XVI-XIX). Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 11, n. 22, p. 7-33, mar. 1991-ago. 1991. ———. Tendências atuais da História da família no Brasil. In: ALMEIDA, M. A. et al. (Org.) Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade. Belo Horizonte: Editora da UFRJ, 1987. p. 30-31. Logo na introdução de *Casa-grande & Senzala*, Gilberto Freyre, mediante observações pouco sistemáticas, procura mostrar que sua análise não estava adstrita ao modelo escravista. Cf. FREYRE, G. *Casa-grande & Senzala*, p. LXIII. A esse respeito, Dante Moreira Leite, em Freyre, ressalta que, "acusado de empregar, quase exclusivamente, material referente ao Nordeste brasileiro, e depois generalizar suas conclusões para o resto do Brasil, responde que, suas visões

legado de nossa matriz ibérica.

A tese fundamental é a de que os portugueses, devido à sua natureza e à sua experiência, estavam mais aptos à adaptação às condições desfavoráveis das especificidades das várias ordens, como a própria "climática" da região de português e ausente nos outros. Entretanto, tal conclusão, segundo destacam-se as determinações de caráter psico-cultural, "na perspectiva de Freyre, acionador português, merecia da plasticidade de sua condição de povo intermediário entre Europa e África, seria muito mais capaz de se adaptar-se às agruras dos trópicos do que os demais povos europeus".

a interação étnica e cultural entre a Europa e a África parece ter sido sempre a mesma em Portugal como em outros trechos da Península Ibérica. Espécie de bicontinentalidade que correspondesse em população assimilação e inerteza a bissexualidade no indivíduo. E gente mais flutuante que a portuguesa, dificilmente se imagina: o bombo equilíbrio de antagonismos reflete-se em tudo o que é seu, dando-lhe ao comportamento uma fácil e frouxa flexibilidade, às vezes perturbada por dolorosas hesitações, e ao caráter uma especial riqueza de apudões, ainda que não raro incoerentes e difíceis de se conciliarem para a expressão cotidiana para a iniciativa prática.

Além da própria ausência de um orgulho de raça, fator que promoverá a larga miscigenação,¹¹⁰ tão importante a empresa colonial portuguesa nos trópicos, também decorre de um traço psicocultural do português.

10. J. 981.461. O. *Uma grande favela*, p. 10-12. Freyre ressalta inclusive a capacidade do português de alterar seu regime de alimentação para se adaptar aos trópicos. Cf. idem, *ibidem*, p. 14.

FRÉYRE, G. *Casa-grande & senzala*, p. 27.

FRÉYRE, G. *Casa-grande & senzala*, p. 6. Assim, a esse respeito, a análise de Freyre acerca do caráter da população brasileira que temia-se seria patética à realidade analisada por Sérgio Buarque de Lacerda. Baseando-se no depoimento de André Bello, Freyre ressalta que "o caráter português da nossa população tem a ideia de ser, tipicamente, o da impressão que se tem de o português reunir dentro de si muito instinto, inteligência, capacidade de suportar no duro e angustiar, castelheiro, de um perfil mais denso e mais ríspido, mais "caráter português". É como um rio que vai correndo muito calmo e de repente se precipita em queda de água, dá passagem do latifúndio a rampantes de estorço heróico da grandeza, a "tempestade" da vida particular, a "revoluções na vida pública", da liberdade a império do "monarca absoluto", da inteligência a "logotecnocracias", amor ao progresso, dinamismo. É o caráter de uma população que sente um impeto e outrossa compaz de certa imbução da voluptuosidade, mais, naturalmente, reclusão, no descontente". FRÉYRE, G. *Casa-grande & senzala*, p. 27.

Idem, *idem*, p. 27.

é que os valores porventura tratados por sua pluralidade, desmoronam-se e integram-se numa unidade artificial, esvaziada e bitorrada. Assim, a educação brasileira é a soma de dois mundos apartados, embora contemporâneos: uma educação pública e a educação privada. A primeira, apesar de suas instituições, não é grande e senão — e a segunda, apesar de não ter instituições, é grande e senão. Não há, nesse contexto, uma única educação pública e privada. O patriarcalismo se impõe de tal forma a diluir o conceito público e privado dessas duas escolas que se desdobra em a escola e a comunidade, mas correspondem a essas duas escolas que se desdobram em a escola e em preço as reminiscências do poder patriarcal. Assim, para além do que se afirma e em preço as reminiscências do poder patriarcal, assim, para além dos novos avanços da herança lusitana, percebe-se que é no próprio processo de formação e transformação inerentes à educação da sociedade colonial que se encontra em sua plenitude uma sociedade subordinada ao primado dos valores patriarcalistas e prestatas que passaram a caracterizar as instituições e o caráter nacional brasileiro. De toda forma, é que se nota e que são as determinações advindas das especificidades psicoculturais ibéricas que condicionam e moldam o caráter da nação e, por consequência, nossas instituições.

A delimitação de um *ethos* ibérico como pedra angular na análise da identidade entre público e privado no âmbito das instituições brasileiras é uma característica da análise de Gilberto Freyre. Assim como o é também em Sérgio Buarque de Holanda. Malgrado as diferenças entre ambos, o que se nota é a existência de óbices advindos do passado ibérico a dificultarem nosso acesso a modernidade.¹⁰⁰ No entanto, se em ambos os casos há uma explicação de ca-

...a partir da própria doutrina que "conteriamos a escravidão no Brasil, que é uma das bases da Freyre, bem cristalizada e obviamente elitista". Segundo ressalta Djalma Monteiro Leite, "a ideia de Freyre ressoava, sobretudo, entre os poucos brancos. Mas pelo negro escoteiro, aquele que conhecia sua posição — como, aliás, qualquer escravidão, com os laços de paradas de meninos negros, como cozinheira, como ama-de-leite ou como moço da casa — a ideia [...] dos documentos contemporâneos da escravidão [...] está longe de justificar [...] a ideia de Freyre nas relações entre senhores e escravos". LEITE, D. M. *O autor nacional do brasileiro novo: Doutrina ideológica*, p. 281. No mesmo sentido, Alemir Gama desmascara essa religiosidade elitista entre brancos e negros sustentada por Freyre, que chegava ao absurdo de afirmar que era milhar ser escravo no Brasil, quando operava no Tanguá no século XIX. Sobre as resistências dos escravos no Brasil, sobretudo durante a Revolução e o próprio século XIX, a "dócil" legislação de repressão às lutas dos mesmos, ver GUERREIRO, A. *A escravidão e o trabalho livre no Brasil, 1871-1888*, p. 136-137 e 141. Além, à própria Freyre, ver, por exemplo, a alegria à vida dos negros, escravos dos nobres e das suas brancas. Há até o que se pode chamar, citando a terra, entendendo-se, envolvendo-se com ervas e potárgos dos mandunguinhos. (1) *Memórias de um fidalgo de Minas*. FREYRE, G. *Casa-grande & senzala*, p. 464.

Tentou, aliás, de posicionamento que está inclusive em plena consonância com o próprio funco que Sergio Buarque atribui à atividade do historiador: quem, segundo ele, não conhece

entregamos para o culto do passado, desse passado posto no singular, que é palavra soma, mas oca. [...] Não sei pedantismo, mas com um bom uso de verdade, diria efetivamente que uma das missões do historiador, desde que se interesse nas coisas de seu tempo – mas em caso contrário ainda se pode chamar historiador? –, consiste em procurar aligetar do presente os demônios da história. Quer isso dizer, em outras palavras, que a frênia inteligência das coisas aliás ensina que não podemos voltar atrás nem há como pretender ir buscar no passado o bom remédio para as misérias do momento que ocorre.¹⁰²

Orá, para além de uma análise do que deve ser o método de discussão, para se analisar e se celebre livremente Mar Bloch, o que Sérgio Buarque de Holanda está procurando a fazer e a posicionar-se contrariamente a perspectivas como as de Gilberto Freyre e Oliveira Vianna, que procuravam na tradição a solução para as mazelas do presente. Daí sua pergunta que se endereça diretamente a perspectivas que enlaçem a tradição, "será legítimo, em todo caso, esse recurso ao passado em busca de um estímulo para melhor organizar a sociedade?"^{11, 14}

Assim, formamo-nos sob a égide da aventura, a qual teríamos verdadeira aversão. Ao comparar a aventura, enquanto expressão de dois tipos ideais na aventura, a Holanda ressalta que

...e, nel 1961, l'ingegner Sergio Sestini, che aveva a sua dispo-

próprias à nossa sociedade, tais como a incapacidade de organização e falta de coesão social. Os efeitos desse legado que nos foi deixado pelos portugueses, no entanto, é bem ressaltado por Holanda quando este aborda a personalidade da nossa formação, uma vez que, segundo ele, torna-se compreensível que:

a carência dessa moral do trabalho se ajustasse bem à uma cultura anônimo e desinteressado é agente poderoso da solidariedade e, como tal, estimula a organização racional dos homens, sustentando a coesão entre eles.¹²⁵

Relacionado é enfatizando esse aspecto que decorre do espírito avesso de nosso colonizador está o personalismo que caracterizaria os ibéricos. O culto à personalidade que, segundo Sérgio Buarque, seria o traço mais decisivo da cultura ibérica não é passível de servir como elemento da coesão social. Segundo Sérgio Buarque de Holanda,

em sociedade de origens tão nitidamente personalistas como a nossa e compreensível que os simples vínculos de pessoa a pessoa, independentes e até exclusivos de qualquer tendência para a cooperação autêntica entre os indivíduos, tenham sido quase sempre os mais decisivos. [...] O peculiar da vida brasileira parece ter sido, por essa época, uma acentuação singularmente energética do afetivo, do irracional, do passionai, e de uma estagnação ou antes uma atrofia correspondente das qualidades ordenadoras, disciplinadoras, racionalizadoras. Quer dizer, exatamente o contrário do que parece convir a uma população em vias de organizar-se politicamente.¹²⁷

Assim, não é por outra razão que Sérgio Buarque critica o culto nostálgico de Oliveira Vianna e Gilberto Freyre ao passado como solução ao problema da coesão de nossa vida social, pois, tal como já indicado anteriormente, na perspectiva de *Raízes do Brasil*, essa falta de coesão não seria um problema moderno, e sim uma decorrência do próprio perfil psicológico e cultural que herdamos de nosso colonizador. Nesse sentido, a falta de coesão é herança, e não aquisição que tenhamos contraído no decurso de nossa história. Portanto, esse

¹²⁵ HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*, p. 39.
¹²⁶ *Ibidem*, p. 41.

nosso tradicional, propagado, por exemplo, por Oliveira Vianna, é claramente rejeitado por Sérgio Buarque, mesmo porque "o processo de colonização trouxe, a seu vez, acentuado nos portugueses certas peculiaridades de comportamento, tais como a de alienação com respeito ao trabalho, a passagem à vida doméstica, a existência na sociedade aristocratizada do Velho Reino".¹²⁶

Como ocorre, portanto, e o reconhecimento de aspectos psicológicos e sociais existentes em Portugal que acentuam a falta de coesão e unidade da sociedade brasileira. Por um lado, a escravidão e o sistema da grande lavoura aprofundando o preconceito ibérico a qualquer forma de trabalho manual e contribuindo para agravar suas relações predadoras com a natureza e a mineração em relação ao amanho da terra,¹²⁷ por outro, a sociedade colonial estruturada no meio rural e fundada na família patriarcal somente poderia gerar uma sociedade voltada à valorização do ganho fácil e pautada por uma certa incapacidade em distinguir o domínio público do privado, uma vez que essa sociedade patriarcal que se formou no domínio rural, segundo as normas clássicas do direito romano, em que o *pater-familias* detém imensa e inconteste autoridade, seria tão poderosa que se estenderia para além do domínio doméstico.¹²⁸ E por essa razão que Sérgio Buarque de Holanda ressalta que

o quadro familiar torna-se, assim, tão poderoso e exigente, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada precede, sempre, a entidade pública. [...] O resultado era predominarem, em toda vida social, sentimentos próprios a comunidade doméstica, naturalmente particularista e anupolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família.¹²⁹

Desnecessário afirmar que, nesse contexto, o modo pelo qual a herança ibérica deu forma à matéria que encontrou no novo mundo gerou, no plano institucional, consequências deletérias e perniciosas. Num contexto em que, por força de nossa herança rural, o público é invadido pelo privado, uma vez que o poder patriarcal se espalha de tal ordem a perseguir os indivíduos mesmo fora do domínio doméstico, a organização jurídico-institucional ficaria cla-

¹²⁷ SILVA, M. O. L. S. Sérgio Buarque de Holanda, historiador, p. 14.

¹²⁸ HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*, p. 66-70.

¹²⁹ *Ibidem*, p. 80-81.

¹³⁰ *Ibidem*, p. 82.

BRUNO, V. e RIBEIRO, B. 1994. Invenções da Escrita: sobre o pensamento de Walter Benjamin. *Revista Brasileira de Letras*, 47(1): 11-22.

1999, p. 102). Segundo o autor, a "matriz gerencial" da economia de Brasília, inaugurada por Juscelino Kubitschek, "foi a 'matriz gerencial' brasileira" (1999, p. 102). Segundo o autor, a "matriz gerencial" da economia de Brasília, inaugurada por Juscelino Kubitschek, "foi a 'matriz gerencial' brasileira" (1999, p. 102).

1999, p. 141.

Quando tal como se será analisado em maior profundidade no próximo capítulo a descrição feita em *Reizos do Brasil* relativamente as condicionantes do tempo passado colonial não exclui a possibilidade do estabelecimento de um tempo político racional e, portanto, moderna, pautada pela impessoalidade, mas pelo personalismo e o caráter emotivo que são típicos do homem latino. Assim, em momento algum, Sérgio Buarque de Holanda toma o homem latino como uma espécie de figura ontológica cujos dados seriam essencialmente indeleveis e imutáveis. Ao contrário, sua análise caminha no sentido de

assim como o homem cordial para Sérgio Buarque de Holanda a amizade patrilateral e sua correspondente cultura política encontram-se fundadas à desaparicação [pois] a constituição da genotopia urbana política e do privado veio acompanhada da consolidação de instituições políticas à margem do controle direto dos poderes familiares e locais, sendo registrada-se uma tendência a certa forma de impessoalização do Estado.

Não se trata aqui de aprofundar a análise de todas as nuances que permeiam a obra *Juizes do Brasil*. A intenção dessa breve reconstrução foi simplesmente recuperar o argumento geral de uma explicação de perfil psicossocial acerca da formação do Brasil e das especificidades de suas instituições. A presente análise é nesse sentido, assumidamente parcial e lacunar. Seu intuito, contudo, apenas em mostrar como as condicionantes psicológicas e culturais herdadas do passado ibérico e reforçadas pelo caráter rural e escravista da

1992, p. 126). A visão da identidade nacional, lembramos, brasileira, p. 126.

[illegible]

Em *Os donos do poder*, Raymundo Faoro realiza uma análise em que a predominância do patrimonialismo no Brasil, que teria sido herdada de Portugal, serviria de óbice ao nosso acesso à modernidade. Remontando sua abordagem à formação do reino português, Faoro procura mostrar que em suas especificidades já estaria inscrito o patrimonialismo que, séculos mais tarde, marcava de modo indelével a cultura política e as instituições brasileiras. Estaria, portanto, posta já em nossa matriz ibérica a posterior incapacidade dos brasileiros em distinguir o domínio público do privado.¹⁴⁹ No Estado português o rei, aliado ao povo, domestica a nobreza, que não é eliminada, mas acostumada a genuflexões sistemáticas diante do poder real que a tudo hauria na mais perfeita consonância com a tradição visigótica da qual provinha sua autoridade incontestável. Forma-se, assim, já em Portugal, o Estado patrimonial que, segundo Faoro, "implacável nos seus passos, não respeitará o peso dos séculos, nem os privilégios da linhagem antiga".¹⁵⁰

¹⁰⁰ Referendo-se a Portugal, esse reino aguerrido, que teria se erigido sob o império da guerra, Raymundo Fajardo resalta que "a coroa conseguiu formar, desde os primeiros golpes da reconquista, imenso patrimônio real [...], cuja propriedade se confundia com o domínio da casa real, aplicado o produto nas necessidades coletivas ou pessoais, sob as circunstâncias que distinguiram mal o bem público do bem particular, privando do príncipe" FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*, v. 1, p. 4.

16. *Idem*, *ibidem*, v. 1, p. 10.

O curioso é notar que entre estamento e classe há uma relação complexa de dependência e desprezo.¹³⁶ O estamento ostenta pompas e se funda num perfil aristocrático que não se estende às classes das quais, não obstante, prospera o seu sustento: "o Estado, envolvido por uma camada de domínio, um estado-maior de governo, o estamento de feição burocrática, se alimenta de uma classe, a classe comercial, que ele despreza e avilta."¹³⁷ Só o rei, que paira soberano sobre ambos, é capaz de conciliar sem mácula a mercancia típica das

o soberano sobrepeso ao cidadão, na qualidade de chefe para funcionário, tomará relevo e expressão. Além disso, o **capitalismo dirigido pelo Estado**, impedindo a autonomia da empresa, ganhará substância, anulando a esfera das liberdades públicas, fundadas sobre as liberdades econômicas, de livre contrato, livre concorrência, livre profissão, opostas, todas, aos monopólios e concessões reais", FAGRO, R. *Os donos do poder*. Formação do patronato político brasileiro, v. 1, p. 18.

¹⁰² Cf. idem, *ibidem*, v. I, p. 45 e ss.

¹⁰ Clara de Mello e Souza enfatiza muito bem esse ponto ao ressaltar que, o grupo de comando não era, então, uma classe, mas um estamento. A diferença entre um e outro reside no fato de o primeiro ser determinada economicamente, enquanto o segundo é, antes de tudo, uma camada social. [...] Alinhado ao Estado porventura, o estamento propiciou-lhe a organização política capaz de empreender a *aventura ultramarina*, que nunca poderia ter sido obra de particulares. [...] A nobreza ociosa e ostentatória nutria-se da economia dirigida pelo estamento. O *corrupção grassava*, e o *cargo conferia nobreza*: onde havia comércio, estabelecia-se um aparelho administrativo, "a administração segue a economia, organizando-a para proveito do rei, senhor e regente do tráfico". MELLO E SOUZA, L. Raimundo Faoro - Os donos do poder. In: MOTA, L. D. (Org.) *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*, 1. p. 338.

¹⁰⁰ *Idem*, *ibidem*, v. 1, p. 47.

¹⁸ Em *Os donos do poder* há sempre a insistência na distinção entre estamento e classe social. A esse respeito, ver, idem, *ibidem*, v. 2, p. 741-742. Para uma análise da diferença entre classe e estamento a partir da obra de Machado de Assis, ver: *Estados e classes sociais no Brasil imperial*, p. 3-9.

¹⁰ FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*, v. 1, p. 75.

classes comerciais e a alízev moral reivindicada pelo estamento.¹⁵⁸ A alusão à busca ávida por cargos serve para caracterizar o patrimonialismo enquanto organização política básica que, por meio do estamento, se fecha sobre si mesmo. Faoro ressalta que esse estamento ostenta um perfil claramente burocrático, porém não da burocracia no sentido moderno, como aparelhamento racional (a influência de Weber aqui é marcante),¹⁵⁹ mas como apropriação de cargo. Na base disso está a articulação entre o estamento e as classes comerciais, que abastecem de numerário as despesas dessa comunidade do mando. Tudo com a mediação do rei, ao mesmo tempo chefe de Estado e comerciante, o que torna o capitalismo politicamente orientado.¹⁶⁰

Ora, na perspectiva de Raymundo Faoro, a sociedade brasileira e, sobretudo, nossas instituições políticas e jurídicas, revestir-se-ão das mesmas características que marcam o Estado português desde sua origem. É, portanto, a sociedade portuguesa – que (parafraseando Sérgio Buarque de Holanda) deu forma à brasileira, legando-nos suas instituições e todos os arcaísmos que lhes eram inerentes – que se deve nosso perfil político, jurídico e institucional atual. Nossa matriz ibérica condicionou nosso desenho institucional, sedimentando-o no estamento burocrático de perfil patrimonialista, ao redor do qual todos gravitam ávidos por cargos.¹⁶¹ Não se trata, obviamente, de recuperar a extensa e detalhada análise feita por Faoro nos dois tomos que

¹⁵⁸ Tal como ressalta Faoro, “o rei acumula dois títulos: a regência e o senhorio. A regência, que se vincula ao reger e ao título de rei, abrange a jurisdição sobre todos os que vivem no seu reino”, sem o poder de dar e receber o que é dos vassallos. O rei só tem a dignidade real no reino; fora dele, nas terras e mares a descobrir, intitula-se senhor”. FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*, v. I, p. 77.

¹⁵⁹ O historiador Edgar Carneiro enfatiza a influência weberiana na obra de Faoro, não obstante minimize sua importância. Segundo ele, “Faoro é importante, mas tudo é fundamental. É importante como uma leitura moderna da literatura histórica”. CARONE, E. Entrevista. In: MORAES, J. G. V.; REGO, J. M. *Conversas com historiadores brasileiros*, p. 61. Na segunda edição de *Os donos do poder*, Faoro afirma que, apesar de seu primeiro parentesco, não segue o pensamento de Max Weber. Contudo, tal como enfatiza René G. Gertz, o entendimento de Weber é fundamental à compreensão da análise de Faoro. Cf. GERTZ, R. E. Raymundo Faoro. In: ART, G.; SCHULER, F. (Org.) *Interpretes do Brasil: ensaios de cultura e identidade*, p. 282 e ss.

¹⁶⁰ Idem. *Ibidem*, p. 84-85. José de Souza ressalta que “a dominação patrimonial é compatível com uma economia monetária, mas não com uma economia monetária desenvolvida em todas as suas consequências como no capitalismo de mercado. Os atributos de calculabilidade, previsibilidade e racionalidade [estão ao patrimonialismo]”. SOUZA, J. *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*, p. 170.

¹⁶¹ Segundo José de Souza, “a tese do livro de Faoro é clara desde o início: sua tarefa é demonstrar o caráter patrimonialista do Estado brasileiro. Esse caráter patrimonialista responderia, em última instância, pela subsistência vertiginosamente não-democrática, particularista e baseada em privilégios que sempre teria marcado o exercício do poder político no Brasil”. SOUZA, J. *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*, p. 166.

compoem *Os donos do poder*. Uma digressão desse porte desviaria o foco do propósito deste livro, que consiste em mostrar o modo pelo qual esse autor exclui o processo de modernização (entenda-se por tal a racionalização burocrática do aparelho estatal) do nosso horizonte de possibilidades, atrelando o critério do aparelho estatal à formação da sociedade brasileira. A esse respeito, tal como ressalta Faoro, “de D. João I a Getúlio Vargas, numa viagem de seis séculos, uma estrutura político-social resistiu a todas as transformações fundamentais, aos desafios mais profundos, à travessia do oceano largo”.¹⁶² Uma vez que a própria expansão ultramarina foi essencialmente negocial.¹⁶³ Uma vez que a própria expansão ultramarina foi essencialmente negocial, que a classe política supervisiona os negócios como se privados seus fossem. Assim, ressalta Laura de Mello e Sousa, “durante todo esse tempo, o patrimonialismo estatal se manteve, [com] os olhos voltados para a especulação, o lucro e a aventura”.¹⁶³

Nesse particular é muito elucidativa a correção que Raymundo Faoro faz à citação realizada por Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, no que tange ao papel do funcionário patrimonial. Segundo Faoro, haveria um desvio interpretativo do pensamento de Weber em Sérgio Buarque que o levaria a asseverar que o funcionário patrimonial gere a coisa pública conforme seu interesse particular.¹⁶⁴ Ao corrigir Sérgio Buarque, mostrando que não é a gestão voltada ao interesse particular que caracteriza o funcionário patrimonial, mas sim o fato de ele gerir a coisa pública como “assunto pessoal do senhor”,¹⁶⁵ Faoro nos dá mostra de o quanto ele considera importante essa centralização, que é um dos traços do patrimonialismo. Assim, não obstante haja desvio de gestão da coisa pública na análise dos dois autores, o que se nota é que, se em *Raízes do Brasil* o que há é um poder patriarcal que, advindo de nossa herança rural, obnubila os limites entre o público e o privado, em *Os donos do poder*, o que se observa é que esse mesmo desvio se dá não por uma reminiscência patriarcal de origem rural, mas pela formação de um estamento burocrático

¹⁶² FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*, v. 2, p. 733.

¹⁶³ MELLO E SOUZA, L. Raymundo Faoro – *Os donos do poder*, p. 354.

¹⁶⁴ Cf. HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*, p. 146.

¹⁶⁵ Cf. FAORO, R. Sérgio Buarque de Holanda: analista das instituições brasileiras, p. 61.

que gere a coisa pública como assunto do senhor.¹⁶⁶ No primeiro caso, portanto, há patrimonialismo, em que a subordinação do público ao privado ocorre em função da ingerência de grupos sociais que procuram implementar seus interesses particularistas sobrepondo-os ao bem público, enquanto, no segundo, há o patrimonialismo hipostasiado no estamento burocrático e, portanto, o próprio aparato estatal gerindo a coisa pública de modo a subordiná-la ao interesse dos donos do poder.¹⁶⁷

Num contexto como esse em que impera um patrimonialismo estamental estruturalmente fechado e burocratizado, que perpassa sobranceiro aos séculos, transferindo-se imaculado de Portugal ao Brasil, não há espaço para a instauração de instituições modernas no sentido de serem pautadas por uma racionalidade legal (formal) e não patrimonial. Como aludir à legalidade num contexto em que o estamento se coloca acima da sociedade? Tal pergunta ganha especial relevância quando se leva em consideração que "o estamento supõe distância social e se esforça pela conquista de vantagens materiais e espirituais exclusivas. As convenções, e não a ordem legal, determinam as sanções para a desqualificação estamental, bem como asseguram privilégios materiais e de maneiras".¹⁶⁸ É por essa razão que Faoro, aludindo a Nestor Duarte, ressalta que:

a legalidade teórica apresenta, ressaltada a elegância da frase, conteúdo diferente dos costumes, da tradição e das necessidades dos destinatários da norma. Um sarcástico historiador pedia, para remediar o descarte, que se promulgasse uma lei para tornar as outras obrigatórias. "O nosso jurismo" – escreve Nestor Duarte – "como o amor a concepções

¹⁶⁶ Referindo-se ao estamento numa perspectiva comparativa com Sérgio Buarque de Holanda, Faoro observa que "o estamento provoca 'a circulação interna, capaz de refrigerar os ânimos mais decepcionados. Na verdade, os políticos substituem os políticos, sem as mágnas que causam as revoltas, seja pela certeza de que o poder é móvel – hoje eu, amanhã você –, mas sobretudo porque sem a boa vontade do chefe supremo não estaria perdido, inclusive os meios de vida, o próprio e o da parentela. De onde vinham os representantes do povo, senão do próprio Estado?". *Idem*, *Idem*, p. 65. No mesmo sentido, ver: ———, *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*, v. 2, p. 737.

¹⁶⁷ Adriaen Gurza Lavalle nota, a esse respeito, que, quando comparado a autores que tratam do privatismo que marcou as instituições brasileiras, Faoro opera inversão radical nos termos usuais do debate, pois na sua interpretação da formação do Brasil, "o pólo privado – isto é, a sociedade, o povo, as classes – aparece solidamente situado pela presença da autonomia do Estado e do estamento burocrático". J. T. Assim, no caso de Faoro, a inversão do espaço público não provém do pólo privado da sociedade, mas da própria forma de construção do poder público". LAVALLE, A. G. *Vida pública e identidade nacional: leituras brasileiras*, p. 107, nota 14.

¹⁶⁸ FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*, v. 1, p. 47.

doutrinárias, com que modelamos nossas constituições e procuramos seguir formas políticas adotadas, é bem a demonstração do esforço por construir com a lei, antes dos fatos, uma ordem política e uma vida pública que os costumes, a tradição e os antecedentes históricos não formaram, nem tiveram tempo de sedimentar e cristalizar".¹⁶⁹

O plano normativo precede aos fatos. O que se busca é construir, pela lei, a ordem política e a vida pública. Contudo, a lei não só está em descompasso com os costumes e tradições históricas, os quais simplesmente desconsidera, mas com o estamento que, por estar acima das classes sociais, não se subsume ao formalismo igualitário típico de onde impera o domínio das leis.¹⁷⁰ É por isso que Raymundo Faoro, ao ressaltar a cisão entre estamento e sociedade, assevera que "as duas partes, a sociedade e o estamento, desconhecidas e opostas, convivendo num mesmo país, navegam para portos antípodas".¹⁷¹

A permanência do estamento é expressão de uma forma de dominação tradicional e, portanto, pré-moderna. Tal como ressalta Jessé Souza, Raymundo Faoro utiliza o conceito weberiano de patrimonialismo,¹⁷² que envolve, em suas variações concretas, um amplo espectro de formas de dominação política que são típicas de sociedades tradicionais. Trata-se de um conceito de patrimonialismo utilizado por Weber para explicar, antes de tudo, a gênese do Estado burocrático, pois, de um lado, permite demonstrar como se forma a relação entre dominador (ou príncipe) e seu quadro administrativo e, de outro, aponta para a questão da compatibilidade externa que deve haver entre o sistema político e outras esferas sociais, tais como o direito e a economia. Para Weber, deve haver uma compatibilidade entre a racionalização da economia e a do Estado. A burocracia racional que, segundo Weber, é pressuposto de uma sociedade eficiente, implica essa racionalização, que não está presente na dominação patrimonial. Contudo, existe uma oposição entre o uso histórico

¹⁶⁹ *Idem*, *Idem*, v. 2, p. 744.

¹⁷⁰ Partindo da obra de Machado de Assis, visto como analista de seu tempo, Faoro indica a cristalização do estamento e sua supremacia em relação à lei e à Constituição: "acima da ordem jurídica, há um fator que decide e elege, com o qual não atina o inconformista debate liberal do tempo". FAORO, R. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, p. 62.

¹⁷¹ FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*, v. 2, p. 740.

¹⁷² Para uma análise do patrimonialismo, enquanto forma de dominação tradicional, ver: KLIPPER, G. Z. *La dominación patrimonial en la obra de Max Weber*, p. 21 e ss.

que Weber faz do conceito de patrimonialismo e a utilização estática e tendencialmente anistórica feita por Faoro.¹⁷³ Tal como ressaltado, o estamento burocrático passa a ostentar uma permanência impressionante, que ultrapassa os séculos e liga nosso desenho institucional ao modo pelo qual se consolidou o reino português. Nesse sentido, Jessé Souza destaca que, na obra de Raymundo Faoro, o conceito de patrimonialismo "deixa, ao limite, de ser uma categoria histórica e assume a forma de uma 'maldição', uma entidade demiúrgica que tudo explica e tudo assimila".¹⁷⁴

Ora, tomado em termos anti-históricos e estáticos, o patrimonialismo, enquanto essa herança ibérica maldita, liga inexoravelmente o Brasil e suas instituições a um *ethos* pré-moderno que nos aparta da modernidade. Nesse sentido, Raymundo Faoro enrijece a tese de que a herança ibérica nos afasta da modernidade.¹⁷⁵ O desafio de superação do domínio patriarcal que advinha de nossa herança rural, tal como aparece em *Raízes do Brasil*, perde sentido, uma vez que a herança ibérica se transforma num obstáculo inexpugnável que obstrui nossa modernização. Referindo-se a essa civilização que Portugal criou no novo mundo, Raymundo Faoro ressalta que ela estaria coberta pela "túnica rígida do passado inexaurível, pesado, sufocante".¹⁷⁶ É por essa razão que o historiador Fernando Novaes enfatiza que, "no caso de Faoro, a perspectiva parece se encaminhar para dizer que o Brasil não tem solução. No livro de Faoro, a impressão que se tem é de que a única possibilidade é destruir o Estado".¹⁷⁷

¹⁷³ Cf. SOUZA, J. *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*, p. 170-171. Contrariamente à posição de Jessé Souza, Carlos Guilherme Mota ressalta que a obra de Faoro não consiste em dar historicidade ao conceito de patrimonialismo. Segundo Mota, a análise de Faoro permite a apreensão das múltiplas temporalidades que caracterizam o devir histórico. É nessa temporalidade lenta (que Fernando Braudel chamaria de longa duração) que se situa a formação do estamento patrimonial. Nesse sentido, Mota considera que "o que era verdadeiro em 1958 continua, a nosso ver, valendo em 2004, e abre novas portas para novas pesquisas e debates sobre a identidade deste país que se quer nação". MOTA, C. G. *Interpretes do Brasil: Antonio Candido e Raymundo Faoro*. In: AXT, G.; SCHÜLER, F. (Org.). *Interpretes do Brasil: ensaios de cultura e identidade*, p. 277.

¹⁷⁴ SOUZA, J. *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*, p. 171.

¹⁷⁵ O modo pelo qual se encerra *Os donos do poder* explicita bem o quanto nossa matriz ibérica é vista por Faoro como insuperável. Segundo ele, "a máquina estatal resistiu a todas as setas, a todas as investidas da vulgareidade das massas, ao contato de um desafio novo — manteve-se portuguesa, hipocritamente casta, duramente administrativa, aristocraticamente superior. Em lugar de renovação, o abraço lusitano produziu uma social *immunity*, segundo a qual velhos quadros e instituições anacrônicas frustram o florescimento do mundo vigente". FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*, v. 2, p. 748.

¹⁷⁶ *Ibidem*, *ibidem*, v. 2, p. 748.

¹⁷⁷ NOVAES, F. Entrevista. In: MORAES, J. G. V.; REGO, J. M. *Conversas com historiadores brasileiros*, p. 136.

4.4 Do fardo do passado às vicissitudes do presente: o desgaste do potencial explicativo do *ethos* ibérico

A análise dos autores que articulam suas interpretações a partir do *ethos* ibérico, enquanto categoria explicativa da sociedade brasileira, tem demonstrado que, no âmbito dessa perspectiva interpretativa, há um enfraquecimento da tese de que nossa herança ibérica obstruía a modernidade. Nesse sentido, procurou-se indicar, na seção anterior, a existência de um "caráter nacional do brasileiro" que serviria de pretexto para a explicação de nossa sociedade e que, em razão de sua longevidade, constitui o maior desafio à aplicação da teoria dos sistemas à explicação da modernização. Para que essa aplicação se torne viável, é necessário que o alcance dessas explicações fundadas no *ethos* ibérico, que efetivamente alcança a década de 30,¹⁷⁸ para a apreensão dos aspectos definidores da sociedade brasileira hodierna.

Essa análise é indispensável pois, se prevalecerem interpretações de Raymundo Faoro, que encontra no estamento patrimonial a obstrução à modernização brasileira, mantendo-a sempre presa à dominação tradicional, no sentido weberiano do termo, então a aplicação da teoria dos sistemas ao contexto brasileiro torna-se ainda mais premente, se se leva em consideração que a influência exercida pelas obras citadas na seção anterior há, nas explicações que, em suas explicações acerca do Brasil se vêem, inconscientemente, do *ethos* ibérico para dar esteio às suas análises. Cabe perguntar se a sociedade brasileira atual seria passível de ser explicada no que tange à sua estrutura e suas instituições a partir da permanência de resquícios pré-modernos. Seria a formação de uma matriz ibérica um fardo insuperável? Estaria o Brasil fadado a permanecer num contexto de pré-modernidade, em que impera o mandonismo, o patrimonialismo, a cordialidade e todos os arcaísmos que o português de antanho nos teria legado?

¹⁷⁸ É preciso ressaltar que, dentre os autores analisados na seção anterior, a obra de Faoro é a mais datada. Como se sabe, a primeira versão de *Os donos do poder* foi publicada em 1975, portanto, em período bem posterior às obras de Mota e de Novaes.